

CÂMARA MUNICIPAL DE BATURITÉ
ESTADO DO CEARÁ

ATA DA DÉCIMA SESSÃO VIRTUAL ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BATURITÉ DO ANO DOIS MIL E VINTE.

Aos doze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, às dezesseis horas e dez minutos, teve início à vigésima Sessão Ordinária do primeiro período Legislativo da Câmara Municipal de Baturité, com as presenças dos seguintes Vereadores, num total de treze: SIMONY FEITOSA/PRESIDENTE, CLARISSA CALADO/VICE-PRESIDENTE, MARCOS REIS/PRIMEIRO SECRETÁRIO, IRMÃ EDILEUZA PAIVA/SEGUNDO SECRETÁRIO, GILDO BARROS, LUCIANO FURTADO, MARCELO CARDOSO, NELSON ARRUDA, SOCORRO ARAÚJO, VAGNÉ NOGUEIRA, ROSIANE CARDOSO, RENALDO BRAGA E JOSIVAN-BAMBAM. Havendo número legal, a Presidente SIMONY deu por aberta a presente Sessão Virtual, cumprimentando a todos e fazendo com os presentes as orações do Pai Nosso e Ave Maria. Simony autorizou em seguida o Sr. Liduino Cardoso/Dir. da Câmara a fazer a leitura da Ata da Sessão anterior que após um adendo do Ver. Nelson Arruda comunicando que em seu Projeto mencionou a frase “Posto Municipal de Saúde da Comunidade Jordão” e não Posto Municipal da Comunidade Jordão, a Presidente colocou em votação sendo aprovado juntamente coma Ata por unanimidade.

EXPEDIENTE: Correspondências Expedidas - Ofício 214/20 direcionando cópia do Autógrafo de Lei 1.922/20 que denomina logradouro público de nosso município, para vosso conhecimento e ulterior resolução. Ofícios 215 a 222/20 informando alguns requerimentos de diversos Edis para alguns Secretários, Prefeito Municipal, Governador e algumas Secretarias de nosso Estado. Ofício 223/20 da Presidente Simony solicitando do Prefeito Dr. Assis Arruda informações quanto ao IPM/Bté. Ofício 224/20 convocando a Sra. Socorro César/Sec. de Finanças ou seu representante legal para participar da Sessão virtual de 12 deste mês, a pedido do Ver. Marcos Reis. Ofícios 225 a 233/20 informando algumas petições verbais de diversos Edis ao Prefeito e alguns Secretários Municipais, ao Governador de nosso Estado e algumas instituições de nosso município. **ORDEM DO DIA:** Simony pediu a todos um minuto de silêncio em consideração a Moção que será lida. Moção de Pesar das Edis Rosiane e Simony manifestando seus pesares pelo falecimento do Sr. Fco Pereira do Nascimento, ocorrido no dia 9 deste mês, com 78 anos, no Hospital Leonardo da Vinci/Fortaleza-CE e sepultado no Cemitério Público

de Redenção, sendo comentada por suas autoras e em seguida aprovada por todos. Parecer N° 002/20 da CFO e CJR em conjunto favorável ao Projeto de Lei n° 081/20 do Prefeito Dr. Assis Arruda que dispõe sobre a LDO/2021. A Edil Clarissa pediu ao Sr. Liduino/Diretor da Casa que quando essas matérias chegarem a Câmara e tiverem próximo ao término do prazo, o mesmo dê uma alerta aos Edis que o prazo está acabando. Simony colocou o Parecer em votação sendo aprovado. Em seguida colocou o Projeto de Lei da LDO/2021 em votação sendo aprovado por unanimidade. Parecer N° 012/20 da CFO favorável ao Projeto de Lei 084/2020 do Prefeito Municipal que institui o adicional de insalubridade complementar aos profissionais de enfermagem, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem, cuja instituição em que trabalham esteja vinculada diretamente ao atendimento de pacientes infectados pelo covid19, no âmbito do município de Bte e estabelece outras providências, quando a Presidente Simony colocou em votação sendo aprovado por todos. Depois pôs em votação o Projeto de Lei o qual foi anuído por unanimidade. Mensagem n° 005/2020 do Prefeito Dr. Assis Arruda com o Projeto de Lei n° 085/2020 que dispõe sobre a autorização dos recursos da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito nas ações de combate ao covid-19. Simony enviou o Projeto para o parecer da CFO. Clarissa comentou a matéria e disse que não só o dinheiro do trânsito que deve ser utilizado em prol do coronavírus, mas, também o dinheiro de outros Fundos que estão parados. Em seguida Simony passou a palavra para o Dr. Arnaldo/ Assessor Jurídico do Município quando o mesmo disse que foi mandado esse Projeto para Promotoria e a mesma apresentou um Ofício sobre o Projeto de Lei e solicitou a legislação que trata sobre os recursos do trânsito. Disse que tudo que foi requerido foi encaminhado para Promotoria, mas, não ouvi nenhum parecer ou recomendação da parte do MP. A Edil Clarissa solicitou que o Advogado mande a mesma cópia que foi encaminhada para o Ministério Público também para a Câmara. O Advogado disse que o município está fazendo um levantamento de todos os Fundos municipais que possam ser utilizados nesse momento. Explicou o porquê do atraso dos recursos do Instituto de Previdência, dizendo que por conta da grande demanda com relação a covid-19 e principalmente pelo déficit que houve na receita municipal, não foi possível conseguir pagar as contribuições patronais para o referido Instituto. Continua dizendo que o Congresso Nacional aprovou uma Lei que autoriza a suspensão desses recursos do mês de março até dezembro deste ano, que está falando aqui da contribuição patronal, mais as

contribuições que são descontadas dos Servidores foram totalmente sanadas. Disse ainda que o Executivo vai encaminhar um Projeto de Lei para a Câmara para que possa ser votada a questão da suspensão dos valores da contribuição patronal de março a dezembro/2020. O Ver. Marcos agradeceu a presença do Advogado e comentou alguns assuntos relacionados a suspensão da contribuição dos valores patronais. O Vereador disse que se preocupa com que irá acontecer por conta desta medida e solicitou informações do Executivo sobre o número que representa a diminuição das receitas do Município e os dados do impacto financeiro, qual Secretaria teve diminuição e qual o percentual da diminuição. Dr. Arnaldo explicou e disse que o Município não tinha recursos para pagar as contribuições patronais, porque o mesmo teve um déficit na arrecadação por conta do covid-19. Que o município teve que escolher se pagaria o IPM ou se destinava o dinheiro para a Saúde e para o pagamento dos Servidores. Continua falando sobre o déficit do IPM e disse que como ele é um instituto novo já começou deficitário. A Edil Clarissa falou sobre o dinheiro do IPM e disse que de acordo com o que foi passado para a Vereadora tem 106 mil reais de março atrasado e 400.265,00 reais de abril/20; que acredita que o que levou o Prefeito a não pagar a sua parte no mês de março, referente a Abril, não foi por conta dos impactos do coronavírus, pôs o Município não sabia que iria acontecer essa pandemia. A mesma comentou ainda sobre o aumento da contribuição dos Servidores que irá passar de 11% para 14%. Disse ainda que tem muita coisa sem resposta e que não é de acordo colocar a matéria que irá ser enviada pelo Prefeito sem antes obter essas respostas. Simony comunicou que na próxima semana irá contratar um profissional para fazer um estudo sobre essa matéria para não acontecer o que aconteceu em 2017 quando os Vereadores votaram sem um cálculo atuarial. Dr. Arnaldo disse que as finanças do município não comportariam efetuar mais despesas com menos receitas e que a administração municipal funciona com base em planejamento, números, dados, perspectivas e estudos. Que esta medida está amparada por uma Lei Federal que permite a suspensão nas contribuições patronais de março a dezembro do corrente ano. O Ver. Marcelo falou a respeito do acesso à informação e da publicidade dos atos e disse que quando o Advogado falou na diminuição das receitas e no aumento das despesas é preciso que a administração demonstre isso não apenas só através da fala do Advogado, mas, de maneira concreta informal. Marcelo convidou Dr. Arnaldo para que em outro momento retorne a esta Casa a fim de fazer uma demonstração da

diminuição das receitas e do aumento das despesas. O mesmo falou ainda sobre os 506 mil do IPM e disse que votará contra a matéria que o Prefeito irá enviar para esta Casa. Dr. Arnaldo disse que não é a pessoa mais indicada para apresentar essas informações, mas, garantiu que a Prefeitura enviará uma pessoa para trazer essas explicações. Falou também sobre a questão da publicidade dos atos e disse que no site do município de Bté estão todos os atos publicados, separando o que foi gasto com o coronavírus e o que não foi. A Edil Irmã Edileuza disse que quando foi criado o IPM foi dito que iria sobrar mensalmente o valor de R\$ 600 a R\$ 700 mil, mas agora já está tendo atrasos. A mesma perguntou qual a porcentagem que diminuiu no repasse do FPM. Dr. Arnaldo disse que não tem esse dado no momento, mas houve uma queda bruta na receita devido a pandemia, que quando o projeto de lei for enviado a Câmara todos esses números estarão mais bem detalhados no projeto. O Ver. Gildo questionou o porquê do mês março, referente a abril não ter sido pago sendo que o pico da pandemia no nosso município começou do final de abril para o começo de maio. Perguntou ainda se a Prefeitura teve economia com os transportes municipais e outras economias, ou se foi tudo destinado ao covid19. Dr. Arnaldo disse que a competência de março e de abril das contribuições patronais são devidas em 20 de abril e 20 de maio e quando foi para efetuar o pagamento da competência de 20 de março já tinha um mês de dependência do covid19, que não tem detalhes da parte financeira da administração, mas que houve a queda da receita e aumento da despesa. O mesmo explicou ainda a maneira que o município está trabalhando nesse momento de pandemia. A Edil Clarissa perguntou se em 2017 Dr. Arnaldo era Advogado de algum Sindicato, e se ele estava presente na decisão do IPM. Dr. Arnaldo disse que nunca foi Advogado de Sindicato. A Presidente Simony agradeceu a presença do Advogado. Projeto de Lei nº 085/20 do Ver. Luciano que outorga o título de cidadão baturiteense ao Sr. Raimundo Reginaldo Girão, mais conhecido como Girão, pelo reconhecimento de serviços prestados em nosso município como hoteleiro e Secretário de Obras. Simony encaminhou o projeto para o parecer da CJR quando alguns Edis pediram dispensa sendo aprovado. Em seguida foi colocado o referido projeto em votação sendo aquiescido por todos. A proposição foi comentada pelo Autor e pelos Edis: Simony, Vagné, Marcos, Marcelo e Gildo. A Presidente comunicou que a partir da próxima semana estará contratando uma pessoa responsável só em Instituto de Previdência e estará formando uma Comissão com três Vereadores da qual ela fará

parte. Que na segunda-feira irá oficializar os Sindicatos para que eles também façam sua Comissão para que possa ser dado início as reuniões virtuais. Simony passou a Presidência para a Vice Clarissa e logo após esta autorizou a leitura do requerimento nº 298/2020 da Vereadora Simony que direciona ofício ao Dr. Ademir Monteiro/Gerente da Residência do DER-Aracoíaba-CE, reivindicando a possibilidade de executar os serviços de tapa buraco, no asfalto da Av. Fco Braga Filho, percurso que inicia na Av. Dom Bosco, frente ao INSA e finalizado logo após a frente do Cemitério Público local. Clarissa colocou em votação sendo aprovado. Em seguida retornou à Presidência para a Titular Simony, a qual comentou o seu requerimento e disse que se caso ele demorar ser atendido, que o município realize essa operação tapa buracos, com dinheiro do trânsito. O Ver. Marcelo também comentou a proposição e disse que já foi solicitado essa operação assim como também um fotossensor para aquela Avenida e não foi atendida. Requerimento verbal da Edil Clarissa direcionado Ofício ao DER, solicitação que retire o fotossensor que fica no Putiu, próximo à Igreja Evangélica Assembleia de Deus e seja colocado no Anel Viário, já que foi feito recentemente uma faixa elevada naquele local. Que seja estudado a possibilidade de colocar um fotossensor na Comunidade Uirapuru/Brejo. Requerimento solicitando da Presidência que seja feito uma Comissão com um Assessor Jurídico para fazer um estudo do Regimento Interno e da Lei Orgânica. Simony colocou em votações sendo aprovados. O Ver. Marcos falou sobre a arrecadação patronal e leu um trecho da Lei Complementar que fala que fica suspenso na forma do regulamento os pagamentos dos refinanciamentos de dívidas dos municípios com a Previdência Social, com vencimento de 1º de março a 31 de dezembro/2020. O mesmo fez um Requerimento verbal convocando os Sindicatos, Secretária de Finança e Presidente do IPM para participarem da próxima Sessão, afim de fazerem esclarecimentos sobre os dados de alguns gastos do município. O requerimento não foi votado por falta de quórum. **Não havendo mais nada** a tratar a Presidente Simony deu por encerrada a presente Sessão, sendo lavrada pelo Senhor Leandro Barros a presente Ata, que após ser lida e achada conforme será aprovada e assinada pelos Edis presentes. A presente Sessão foi levantada às dezoito horas é quarenta e seis minutos. Plenário Ver. Gerardo Félix de Souza, Sala das Sessões Legislativas da Câmara Municipal de Bté, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

MEMBROS DA MESA DIRETORA

PRESIDENTE: SIMONY COUTINHO DE FREITAS FEITOSA

VICE-PRESIDENTE: CLARISSA LOPES CALADO

PRIMEIRO SECRETÁRIO: MARCOS ANTONIO SERAFIM DOS REIS

SEGUNDO SECRETÁRIO: IRMÃ EDILEUZA BEZERRA R. PAIVA

DEMAIS VEREADORES

VER. JORGE RENALDO NOGUEIRA BRAGA

VER^a MARIA DO SOCORRO ARAÚJO LIMA

VER. LUCIANO GOMES FURTADO

VER. FCO MARCELO CARDOSO ALEXANDRE

VER. VAGNÉ NOGUEIRA NASCIMENTO

VER. HERMENEGILDO BARROS FERREIRA – GILDO

VER^a RAIMUNDA ROSIANE FELÍCIO S. CARDOSO

VER. NELSON EDGY GERMANO ARRUDA

VER. JOSIVAN DOS SANTOS PEREIRA – BAMBAM